

# Cabral propõe parlamentarismo a partir de 90

BRASÍLIA — Um artigo no capítulo das Disposições Transitórias estabelecendo que o sistema parlamentarista de governo só será instituído a partir de 1990, com a posse do sucessor do Presidente José Sarney, que terá seus dois últimos anos de mandato em um regime de transição, deverá ser incluído no anteprojeto da futura Carta pelo Relator Bernardo Cabral, que se manifestou favorável a essa fórmula ao Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna.

Segundo Sant'Anna, que, com o Relator, participou ontem de uma reunião com Deputados do grupo "moderado" do PMDB, a inclusão de tal dispositivo no anteprojeto tornará o debate sobre sistema de governo "mais acadêmico e menos conjuntural".

— Isto eleva o nível, pois o debate deixa de ser uma discussão sobre o Governo Sarney e passa a girar em torno de um tema, o regime de governo — disse ele, explicando que Cabral, ao acenar com esta fórmula durante a reunião, informou que terá de participar ainda de algumas rodadas de discussões para torná-la definitiva.

A possibilidade de ser garantido o cumprimento do mandato de Sarney no sistema presidencialista vem tranquilizar os setores que apoiam o Governo na Constituinte, mas não evitará as tentativas de alterar o anteprojeto em plenário, substituindo o parlamentarismo proposto pelo Relator por um presidencialismo mitigado. Ainda que satisfeito com a disposição de Cabral de assegurar o sistema presidencialista para o Governo Sarney, Sant'Anna se mostrava preocupado com a possibilidade de que seja adotado o parlamentarismo puro ou próximo disto.

— Quero ver como vamos compatibilizar um Presidente eleito com um parlamentarismo puro — dizia ele.



Lourenço, Maciel e Chiarelli exigem eleição indireta para o Presidente

## PFL só aceita regime parlamentar clássico

BRASÍLIA — A Direção Nacional do PFL está condicionando seu eventual apoio ao parlamentarismo à realização de eleições indiretas para o sucessor do Presidente Sarney, dentro do chamado modelo clássico desse sistema de governo. Ontem — depois de reunião com o Presidente do partido, Senador Marco Maciel — o Secretário-Geral do PFL, Deputado Saulo Queiroz, e os Líderes na Câmara, José Lourenço, e no Senado, Carlos Chiarelli, disseram que, numa possível consagração do parlamentarismo na Constituinte, o Congresso deve ser dissolvido, cabendo ao novo Parlamento eleger o Presidente da República.

Saulo, presidencialista, e Chiarelli, parlamentarista, reconheceram que não há consenso no partido sobre o sistema de governo, questão em que cada constituinte pefelista deverá votar de acordo com suas próprias convicções. Os dois parlamentares, juntamente com Lourenço e os Deputados Arnaldo Prieto, José Lins e Aloísio Chaves, foram encarregados ontem, por Marco Maciel, de examinar o anteprojeto do Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral, e propor emendas de consenso partidário.

— Ainda não conhecemos o texto de Cabral, mas entendemos que o modelo híbrido que está sendo proposto, e que prevê várias esferas de poder, não é aceitável — afirmou Saulo. Segundo ele, trata-se de uma idéia que também não transita no partido como um todo, embora existam posições pelo parlamentarismo clássico.

Por sua vez, Chiarelli disse que tanto os presidencialistas quanto os parlamentaristas do PFL admitem que há perigo em dividir as atribuições de Governo. E Lourenço voltou a insistir "no risco de que o primeiro Presidente da República, eleito diretamente, com uns 30 milhões de votos, revogue o parlamentarismo com dois meses de Governo".

— Até o Jango, que nem era um grande líder, conseguiu 83 por cento dos votos pelo presidencialismo, no plebiscito de 1961. O povo não conseguia saber se quem mandava no País era o Presidente ou o Primeiro-Ministro — disse o Líder do PFL na Câmara, acrescentando que, "com raras exceções, todos os que estão defendendo o parlamentarismo fora dos moldes clássicos estão manifestando, por trás do biombo, o desejo de tomar o Poder".

## Governo já admite um novo sistema

BRASÍLIA — Parlamentarismo com mandato de seis anos. Esta é a fórmula que setores políticos ligados ao Governo estão começando a articular para garantir ao Presidente José Sarney o mandato previsto na atual Constituição, tendo em vista que a provável aprovação do sistema reduzirá os poderes do Presidente da República.

Essa negociação envolverá o próprio Sarney, que ainda não se mostrou receptivo à idéia de acatar a instituição do parlamentarismo na vigência do seu mandato. Ele, contudo, será alertado para o fato de que caso o Governo decida de fato ver aprovado o presidencialismo, seu mandato fatalmente será encurtado não para cinco anos — período que já admitiu —, mas para quatro anos.

Os setores que comandam essa articulação concluíram que uma proposta nos moldes da que pretende o Presidente Sarney — presidencialismo com cinco anos — é praticamente inviável. De um lado, os parlamentaristas, que desfrutam de maioria na Constituinte, reagiriam com a redução do mandato de Sarney se o Governo abrisse suas baterias e conseguisse cooptar para a tese presidencialista alguns de seus quadros: descarregariam seus votos num mandato de quatro anos.

Por outro lado, constatou-se que muitos dos governadores, com os quais o Palácio do Planalto espera contar na guerra contra o parlamentarismo, não estariam tão dispostos a se aliar ao Governo nessa questão: vários são parlamentaristas; e, os que não são, não pretendem confrontar-se diretamente com suas bancadas na Constituinte.

E o caso, por exemplo, dos governadores da Bahia, Waldir Pires, e do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, parlamentaristas convictos que, no entanto, irão se eximir de tomar uma posição em relação ao assunto. O Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, é presidencialista, mas tampouco atuará no sentido de fazer prevalecer essa proposta junto à sua bancada.

Ontem, o Líder do PMDB na Câmara, Deputado Luiz Henrique, um dos mais entusiasmados defensores do Sistema de Gabinete, reforçou a tese da negociação quando afirmou que a definição do sistema de governo e da duração do mandato presidencial deve passar por uma ampla articulação.

## Para Afonso Arinos, mudança deve ter prazo para chegar aos Estados

BRASÍLIA — O Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), defendeu ontem uma adaptação gradual do sistema parlamentarista nos Estados. Segundo ele, esse é um problema delicado e é preciso fixar um prazo e diretrizes para sua implantação. Disse ainda que o receio dos governadores em relação ao parlamentarismo ocorre mais por falta de informação, pois na Austrália e no Canadá o parlamentarismo funciona dentro do sistema federativo. "E o Canadá é maior que o Brasil em termos territoriais", observou.

Arinos pediu o auxílio do jurista Raul Machado Horta para falar sobre o tema à cúpula da Comissão. Quanto aos municípios, disse que há um ponto-de-vista de que os municípios não são entidades federativas, e sim administrativas.

O parlamentarismo é mais compatível com mandatos presidenciais mais longos, acrescentou Afonso Arinos, lembrando que na França o Presidente tem mandato de sete anos. No Brasil, acredita, a tendência será pelos cinco anos. Para Arinos, a duração do mandato no parlamentarismo é "questão secundária" mas, se for preciso fixar seis anos, como estratégia para o acordo, não há razão para não ser.

Ele acredita também num acordo sobre a reforma agrária e disse que o episódio da Rocinha, no Rio, é um pequeno exemplo do que pode ocorrer no Brasil. Para evitar comoveções causadas pelo problema agrário — que para ele é um problema mais urbano —, é preciso discutir o problema sob a ótica dos trabalhadores do campo, da Igreja e dos fazendeiros.

## Ulysses espera que Governadores revertam tendência da Constituinte

BRASÍLIA — O Presidente da República em exercício, Deputado Ulysses Guimarães, espera que a ação dos Governadores junto às bancadas federais reverta a tendência parlamentarista da Constituinte, para que seja mantido o sistema presidencialista de Governo. A expectativa foi transmitida ontem ao Prefeito de Rio Claro (SP) — sua cidade natal —, Kal Machado, e a integrantes da Executiva do PMDB do município.

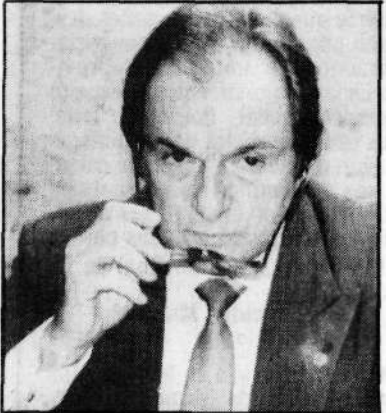
Machado informou, após a audiência, que Ulysses reconheceu o favoritismo da tese parlamentarista se fosse colocada hoje em votação na Constituinte. O Prefeito disse que Ulysses não deu detalhes sobre o tipo de trabalho que os Governadores

podem fazer para reverter o quadro favorável ao parlamentarismo.

— Mas eu sei que o Governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, está se movimentando com outros Governadores para fazer prevalecer o sistema presidencialista — disse.

Ao Deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Ulysses afirmou que, pelas avaliações feitas entre os constituintes, a adoção do sistema parlamentarista tem recebido muito apoio e que a tendência está crescendo no meio parlamentar. Ibsen, defensor do sistema parlamentarista, disse que, no Congresso, só os candidatos e filhos ou parentes de candidatos à sucessão de José Sarney querem a manutenção do presidencialismo.

Foto de J. França



Cabral: nova fórmula para acordo

## UDR vai ao Governo para manter terras

BRASÍLIA — O Presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, ganhou ontem um aliado na luta pela posse de terras: pediu ao Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, para fazer gestões junto ao Presidente José Sarney e outras autoridades do Governo a fim de impedir que a Constituinte aprove a proposta de imissão imediata da posse da terra, defendida pelos setores "progressistas".

— Não podemos aceitar este 'Cavalo de Tróia' que querem enfiar na reforma agrária. Isso é destruir o direito de propriedade no setor rural. E colocar a guilhotina no pescoço do produtor. Nós não estamos com nossas propriedades à venda. Nem para serem negociadas com o Inera ou com o Mirad. A imissão imediata impede o produtor de reaver a sua propriedade.

Segundo ele, Costa Couto ouviu os argumentos, foi receptivo e ficou de conversar sobre o assunto com Sarney e o Ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire. Ao Chefe do Gabinete Civil, Caiado disse que, se aprovada a imissão, haverá uma convulsão social no País.

Ao lado de 16 representantes da UDR nos Estados, Ronaldo Caiado, que ficou mais de uma hora numa conversa amigável com Costa Couto, informou que no próximo dia 1º apresentará ao Ministro Marcos Freire uma proposta "para se fazer uma reforma agrária com justiça".